



Discurso proferido pelo PROF. FREITAS DO AMARAL no Comício da Lourinhã, em 21-12-75

MEUS AMIGOS:

Com este magnífico comício aqui, na Lourinhã, o CDS encerra hoje uma extensa e vasta série de manifestações populares, programada no Verão passado e executada de Setembro a Dezembro, praticamente em todos os fins de semana.

Esta série foi um êxito.

Por toda a parte, milhares e milhares de pessoas reuniram-se para exprimir o seu apoio ao CDS, para dar testemunho da sua adesão ao nosso programa e para animar e impulsionar a nossa luta pela liberdade, pela democracia e pelo centrismo de inspiração cristã.

Por toda a parte — nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Viseu, Guarda, Avelro, Coimbra, Santarém e Lisboa — ecoou o mesmo entusiasmo, repercutiu a mesma vibração, brilhou a mesma fé nos ideais da paz, da justiça social e da fraternidade humana, que o CDS preconiza.

Por toda a parte — no Norte, no Centro, na região de Lisboa — largas centenas de milhares de portugueses puderam pela primeira vez na sua vida tomar consciência do que significa ser um partido da Oposição, do que vale a liberdade de criticar os erros e as insuficiências de quem governa, do que pode a voz do Povo quando se opõe às tentativas de tirania, quando exige um regime verdadeiramente democrático, quando grita em uníssono: viva a Liberdade! viva Portugal!

Durante este segundo semestre do ano de 1975, o nosso país viveu constantemente em crise política e militar. Foi primeiro a crise do IV Governo e a paródia do V, numa desesperada tentativa de assegurar a sobrevivência de Vasco Gonçalves e, com ele, de tentar a implantação em Portugal dum regime ditatorial de tipo comunista; foi depois a reacção nacional e popular contra o gonalvismo militar e contra a arrogância do Partido Comunista; foi seguidamente a esperança na constituição do VI Governo, logo perdida pela verificação da total falta de autoridade deste; foi depois a grave crise da agitação de rua, do assalto ao poder e da dissolução do Estado, crise da responsabilidade do PCP e da extrema-esquerda civil e militar; foi enfim a malograda tentativa de golpe de Estado lançada em 25 de Novembro contra a democracia, contra a vontade do eleitorado e contra o respeito devido à tranquilidade, ao trabalho e às crenças mais profundas do Povo português.

Foi, sem dúvida, um longo e doloroso semestre. Pobre povo, este, a quem prometeram paz, liberdade, justiça — e que de crise em crise, só tem visto à sua volta mais desordem, mais medo e mais sofrimento.

Com o 25 de Novembro, nasceu enfim uma nova esperança neste Portugal já cansado de esperar. Uma esperança feita de muitas esperanças, de inúmeros anseios, de sonhos sem fim. Mas já tarda a sua concretização em realidades.

Conseguiu-se, é certo, restaurar a honra militar, o prestígio do Exército, a noção de disciplina, de hierarquia e de obediência no seio das Forças Armadas.

Conseguiu-se, também, desfazer o monolitismo da informação controlada pelos comunistas e por eles utilizada, manipulada e acirrada para cometer diariamente autênticos actos de agressão ideológica, moral e política contra a grande maioria da população portuguesa.

Conseguiu-se, por último, reexaminar o papel dos militares na política, denunciar os perigos da politização dos quartéis e obter, assim, a revisão do Pacto MFA-Partidos no sentido de, segundo se espera, encaminhar o mais depressa possível a vida constitucional portuguesa para uma plena democracia civil.

Todavia, embora se respire hoje um ambiente nitidamente mais aberto, mais descomprimido e mais livre, estamos ainda muito longe de ter reunidas as condições da paz, da liberdade e da justiça por que todos anseamos.

Para isso, com efeito, torna-se necessário ter um Governo coerente e eficiente.

Primeiro, um Governo coerente. Quer dizer, totalmente democrático. Ora o actual não o é. O VI Governo tem uma composição incoerente pois reúne dentro de si partidos democráticos com o partido comunista, que o não é. Com democratas e comunistas é impossível governar. Só quando o Partido Socialista e o PPD se convencerem desta verdade elementar conseguiremos ter em Portugal um governo coerente.

A coerência do governo, por seu lado, é essencial para que a sua actuação possa ser eficiente. E é sobretudo de eficiência que o nosso país precisa neste momento.

O CDS lança daqui um brado em nome de todos os portugueses: é preciso, urgentemente, que o Governo governe e que a Administração administre.

Não podemos continuar, como até aqui, a assistir à sucessão das crises e à sequência das impotências. Os problemas têm de ser resolvidos. As soluções têm de ser encontradas. O barco não pode continuar à deriva.

No sector da comunicação social, é necessário definir critérios para dar efectividade ao pluralismo e à objectividade da informação; é necessário conceder o direito de falar aos partidos da Oposição, e não apenas aos do Governo; e é necessário pôr termo ao sectarismo e à parcialidade da televisão, aonde não chegou ainda o espírito do 25 de Novembro.

No sector da educação, é preciso proteger a liberdade política dos alunos, impedindo os saneamentos ideológicos repugnantes que têm sido feitos e tolerados; é preciso respeitar os direitos dos pais, imprimindo ao ensino a orientação por eles desejada para os seus filhos; e é preciso defender os princípios, os valores, as tradições da cultura portuguesa, salvaguardando nela a inspiração cristã que a maioria dos portugueses perfiha e que por isso mesmo não pode ser ignorada ou atacada por professores ou funcionários imbuídos de concepções ou doutrinas ultra-minoritárias.

Nos sectores da saúde, da habitação, da previdência, é necessário que as promessas se transformem em realidades para bem do Povo que sofre, que paga e que espera; é necessário que em vez de palavras, de discussões e de relatórios, sempre suspensos de cada vez que muda o Ministro, haja mais hospitais, mais médicos e enfermeiros, remédios mais baratos, casas de renda mais económica, pensões mais regulares e mais elevadas, abonos de família que se vejam; e é necessário que o País tenha a sua economia em ordem para poder ajudar os mais necessitados, porque

sem uma economia próspera não há dinheiro nos cofres do Estado e sem o apoio do tesouro público não há justiça social digna desse nome.

No sector da agricultura, é preciso respeitar a propriedade privada dos pequenos e médios agricultores, sem as ameaças do terror, sem ilegalidades, sem ocupações selvagens; é preciso rever a lei das expropriações, não para proteger grandes latifúndios inexplorados ou mal geridos, mas para dar garantias às pequenas e médias explorações agrícolas, onde não podem ser mais penalizados os empreendedores que trabalham, melhoram e beneficiam a terra do que aqueles que a têm parada e nela não investem; e é necessário estudar uma verdadeira reforma agrária, que não seja norteadora por intuítos negativos de destruição, mas pelos propósitos positivos de construir uma agricultura mais próspera ao serviço da economia nacional e de alcançar uma estrutura fundiária baseada no acesso dos trabalhadores rurais à propriedade privada da terra e não, como é próprio do socialismo, na transferência das terras para a propriedade do Estado.

No sector do comércio e indústria, é necessário definir urgentemente quais os sectores em que a iniciativa privada, nacional ou estrangeira, pode investir e organizar-se, dando-lhes garantias que permitam o restabelecimento da confiança; é necessário montar esquemas de apoio às pequenas e médias empresas, de modo a evitar o afundamento de milhares de unidades economicamente viáveis, mas de momento condenadas por dificuldades de tesouraria insuperáveis; e é necessário olhar com solicitude para um sector público e nacionalizado de enormes proporções, que presentemente vegeta sem planos, sem directivas e sem capitais.

No sector da moeda e do crédito, é necessário reorganizar o sistema bancário português, onde agora tão pouco se trabalha e tão pouco se produz; é necessário abandonar o fácil e cómodo recurso à Casa da Moeda para resolver, aliás illusoriamente, os problemas da falta de dinheiro; e é necessário tomar medidas para que o enorme desequilíbrio da nossa balança de pagamentos não venha a mergulhar-nos brevemente, por falta de reservas, na severidade duma penúria generalizada ou na desonra duma hipoteca nacional aos credores estrangeiros.

No sector das finanças públicas, é preciso fazer um esforço no sentido de assegurar ao Estado as receitas necessárias à prossecução das suas tarefas essenciais; é preciso fazer uma política de verdade, de contenção e de rigor, em vez de cair na tentação da facilidade que tudo resolve, ou melhor, que tudo pensa resolver com o «déficit» orçamental, com o endividamento do Tesouro e com a fabricação artificial da moeda nova.

No sector do trabalho e do emprego, é necessário obter uma política económica que se oriente para a eliminação urgente do flagelo do desemprego; é necessário conquistar a adesão dos trabalhadores portugueses para um aumento real da produtividade do seu trabalho, sem o que os aumentos de salários se traduzirão fatalmente em apenas mais inflação, mais falências e mais desemprego; e é necessário conceber esquemas que associem mais intimamente os trabalhadores, os quadros e os gestores da empresa às decisões que ponham em causa o destino da comunidade em que se integram.

No sector dos grandes equilíbrios da economia nacional, enfim, é preciso fomentar o aumento da produção, estimular o investimento, favorecer a poupança, moderar o consumo, limitar a inflação, defender o valor da moeda; é preciso encontrar fórmulas que garantam o abastecimento normal e regular do País em bens alimentares e géneros essenciais; e é preciso, em suma, que os nossos governantes se sintam responsáveis por que em Portugal não venha a haver, dentro em breve, penúria, fome, frio.

Todos lemos ontem mesmo, nos jornais da tarde, uma extensa lista de medidas tomadas pelo VI Governo no âmbito duma política dita de austeridade. Algumas são indispensáveis e indiscutíveis; outras são aceitáveis mas vêm tarde de mais para poderem ser úteis; outras ainda não são adequadas à actual situação da nossa conjuntura económica e vão revelar-se nocivas.

O CDS não deixará de estudar a nova política económica do Governo e de sobre ela se pronunciar oportunamente. Para já, adiantarei por minha parte duas ou três observações preliminares.

Primeira: por que motivo só agora se preocupa o Governo com a crise económica? Não era já evidente, no Verão do ano passado, que a economia portuguesa se estava a arruinar? Como vai o Governo indemnizar o País por estes dezasseis meses de negligência económica e financeira?

Segunda observação: por que motivo chama o Governo à sua política, política de austeridade? Será que os Portugueses precisam ainda mais de apertar o cinto? É isso o que o socialismo lhes traz? Onde está afinal a nova era de prosperidade, de desenvolvimento e de bem-estar que os governantes prometeram ao Povo?

Terceira observação: pensa o Governo que sem uma definição clara do sistema económico em que vamos viver conseguirá obter o relançamento e a expansão da nossa economia? Está o Governo convencido de que sem a delimitação franca e leal da função cometida a iniciativa privada vai pôr termo à retracção do investimento e obter uma adequada aplicação de capitais particulares no crescimento da economia portuguesa? Entende o Governo que é dando melhores garantias ao investidor estrangeiro do que ao investidor nacional que se alcança a tão apregoada independência nacional?

A política económica e financeira do Governo assenta sobre um pressuposto errado — a convicção de que o Estado só por si, está em condições de assumir um papel primordial não apenas na orientação mas também na própria efectivação do desenvolvimento económico nacional. A verdade, porém, é que isso é impossível. O Estado pode e deve traçar planos, apoiar iniciativas, controlar postos-chave: não pode nem deve, contudo, chamar a si o que aos cidadãos compete fazer. O Estado não pode nem deve fabricar artificialmente o dinheiro que o País não cria, suportar artificialmente os déficits que o País não cobre, substituir artificialmente o trabalho que o País não faz.

Apele o Governo para a iniciativa, para a imaginação, para as energias de todos e cada um dos Portugueses — e logo verá como todo o Povo se erguerá a construir com entusiasmo uma nova era de riqueza e progresso para Portugal.

Continue, porém, o Governo a deixar perseguir e maltratar os empresários, os homens de iniciativa, esses corajosos milhares de pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais que constituem o verdadeiro motor do desenvolvimento económico nacional — e já verá se os trabalhadores, na incerteza do seu emprego, lhe agradecem, se as famílias, na precariedade dos seus orçamentos o aplaudem, se os eleitores, na dúvida sobre o seu futuro, lhe voltarão a dar o seu voto.

MEUS AMIGOS:

Portugal é hoje um país dividido, que encara com angústia o dia de amanhã e sabe que o ter sofrido não o dispensa de continuar a sofrer.

Que o ano de 1976 possa ser menos crítico e mais suave do que o de 1975 e possa abrir caminho a uma verdadeira e profunda era de reconciliação nacional — são os votos que, com sinceros desejos de feliz Natal, o CDS vos apresenta, a todos vós e a todos os Portugueses em geral.

VIVA PORTUGAL!